



REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)

ISSN: 1980-4164

ISSN: 1413-2311

Escola de Administração da UFRGS

Magnin, Luana Silvy de Lorenzi Tezza; Faria, José Henrique de;
Penteado, Raphael Camargo; Takahashi, Adriana Roseli Wunsch
PRODUTIVISMO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO: POSICIONAMENTOS DOS
PESQUISADORES BRASILEIROS, ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E DESAFIOS ENFRENTADOS¹

REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto
Alegre), vol. 26, núm. 2, 2020, Maio-Agosto, pp. 265-299
Escola de Administração da UFRGS

DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.284.95633>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401172029002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

PRODUTIVISMO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO: POSICIONAMENTOS DOS PESQUISADORES BRASILEIROS, ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E DESAFIOS ENFRENTADOS¹

Luana Silvy de Lorenzi Tezza Magnin²

José Henrique de Faria³

Raphael Camargo Penteado⁴

Adriana Roseli Wunsch Takahashi⁵

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.284.95633>

RESUMO

A intensificação do trabalho do pesquisador e sua submissão a novas formas de avaliação científica caracterizam o atual cenário da pesquisa brasileira. Apesar das múltiplas críticas ao produtivismo (colonialismo epistêmico, geopolítica do conhecimento, mimetismo do *publish or perish*), são poucas as pesquisas que alcançam o campo empírico a partir do pesquisador como sujeito. Assim, o artigo objetiva analisar os posicionamentos dos pesquisadores brasileiros que mais têm publicado na área de Administração em relação às políticas de avaliação científica adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as estratégias de produção adotadas e os principais desafios enfrentados. Para realizar a análise, as vozes foram lidas enquanto enunciados, conforme entendido pela Filosofia da Linguagem Bakhtiniana (FLB), e analisadas com base na Epistemologia Crítica

¹ Recebido em 23/8/2019, aceito em 11/5/2020.

² Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Administração; Curitiba – PR (Brasil); <http://orcid.org/0000-0002-3330-9835>; luanasilvy@hotmail.com.

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Administração e Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Administração; Curitiba – PR (Brasil); <http://orcid.org/0000-0003-3971-7992>; jhfaria@gmail.com.

⁴ Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Administração; Curitiba – PR (Brasil); <http://orcid.org/0000-0002-7890-7281>; raphaelpenteado@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em Administração; Curitiba – PR (Brasil); <http://orcid.org/0000-0002-4738-5273>; adrianarwt@gmail.com.



do Concreto (ECC), que possibilita considerar suas contradições. Assim, cada um dos enunciados foi contraposto ao que é simultaneamente silenciado/não dito, mas que apresenta relação direta com o que é afirmado, compondo, portanto, uma unidade dialética, conforme a ECC e a FLB propõem. Os resultados demonstram que os docentes têm priorizado estratégias individuais e por vezes não ponderam o sentido da pesquisa para além das métricas avaliativas, que se constituem em seus sistemas de referência. Por fim, conhecer como os pesquisadores reagem à avaliação mostrou-se fundamental para questionar o atual modelo de avaliação científica, que impacta diretamente tanto na saúde docente quanto na produção científica do país.

Palavras-chave: Avaliação científica. Precariedade subjetiva. Produtivismo.

PRODUCTIVISM IN POST-GRADUATE ADMINISTRATION: POSITIONING OF BRAZILIAN RESEARCHERS, PRODUCTION STRATEGIES AND CHALLENGES FACED

The intensification of the researcher's work and his submission to new forms of scientific evaluation characterize the current scenario of Brazilian research. Despite the multiple criticisms of productivism (epistemic colonialism, geopolitics of knowledge, mimicry of publish or perish), few studies reach the empirical field from the researcher as subject. Thus, the article aims to analyze the positioning of Brazilian researchers who have published most in the Administration area in relation to the scientific evaluation policies adopted by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the production strategies adopted and the main challenges faced. For the analysis, the voices were read as statements, as understood by the Philosophy of the Bakhtinian Language (PBL), and analyzed based on the Critical Epistemology of Concrete (CEC), which makes it possible to consider its contradictions. Thus, each of the statements was opposed to what is simultaneously silenced / unspoken, but which has a direct relationship with what is stated, thus composing a dialectic unit, as the CEC and PBL theorize. The results demonstrate that researchers have prioritized individual strategies and sometimes do not consider the meaning of the research beyond the evaluation metrics. Finally, knowing how researchers react to the evaluation proved to be fundamental to question the current model of scientific evaluation, which directly affects both teaching health and the country's scientific production.

Keywords: Scientific evaluation. Subjective precarity. Productivism.



PRODUCTIVISMO EN LA ADMINISTRACIÓN POSTGRADUADA: POSICIONES DE LOS INVESTIGADORES BRASILEÑOS, ESTRATEGIAS DE PRODUCCIÓN Y DESAFÍOS ENFRENTADOS

La intensificación del trabajo del investigador y su sumisión a nuevas formas de evaluación científica caracterizan el escenario actual de la investigación brasileña. A pesar de las múltiples críticas al productivismo (colonialismo epistémico, geopolítica del conocimiento, mimetismo de *publish or perish*), pocos estudios alcanzan el campo empírico del investigador como sujeto. Por lo tanto, el artículo tiene como objetivo analizar las posiciones de los investigadores brasileños que han publicado más en el área de Administración en relación con las políticas de evaluación científica adoptadas por la Coordinación para el Mejoramiento del Personal de Educación Superior (CAPES), las estrategias de producción adoptadas y los principales desafíos enfrentados. Para el análisis, las voces se leyeron como enunciados, según lo entendido por la Filosofía de la Lengua Bakhtiniana (FLB), y se analizaron en base a la Epistemología Crítica del Concreto (ECC), lo que hace posible considerar sus contradicciones. Por lo tanto, cada una de las declaraciones se opuso a lo que se silencia / no se habla simultáneamente, pero que tiene una relación directa con lo que se afirma, componiendo así una unidad dialéctica, como teorizan el ECC y el FLB. Los resultados demuestran que los investigadores han priorizado las estrategias individuales y, a veces, no consideran el significado de la investigación más allá de las métricas de evaluación. Finalmente, saber cómo reaccionan los investigadores a la evaluación resultó ser fundamental para cuestionar el modelo actual de evaluación científica, que impacta directamente tanto en la salud docente como en la producción científica del país.

Palabras clave: Evaluación científica. Precariedad subjetiva. Productivismo.

INTRODUÇÃO

O cenário de pesquisa no Brasil alterou-se significativamente nos últimos anos. Dentre as principais mudanças, destacam-se: a redução do tempo para a conclusão das dissertações e teses; a submissão de todas as áreas do conhecimento a um mesmo padrão de avaliação; a submissão do financiamento à avaliação, com previsão de recompensas ou punições em termos do número de bolsas e do valor das taxas de auxílio; a mudança nos objetivos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a formação

de professores para o ensino superior e de pesquisadores (SGUISSARDI, 2009; BIANCHETTI; VALLE, 2014) e de profissionais.

O financiamento de pesquisas tem sido cada vez mais restrito, sendo que a maior parte dos investimentos nessa área no país concentra-se nas universidades públicas, o que incrementa a competitividade interna entre grupos de pesquisa e entre pesquisadores individuais (MEIS et al., 2003; PEDRINI, 2005; GOLDANI et al., 2010). Ao mesmo tempo, o pesquisador brasileiro enfrenta um ambiente competitivo, por vezes hostil, para obter e garantir financiamentos de pesquisa, seja devido às políticas restritivas dos governos, seja devido às relações intersubjetivas e institucionais que o colocam à margem dos interesses dominantes.

A adoção de critérios objetivos únicos para a avaliação da produção científica trouxe algumas mudanças. Na última década a participação de publicações brasileiras na base mundial passou de 0,56% a 1,54%, o número de publicações dobrou e o Brasil passou a 9º país que mais publica no ranking internacional (GOLDANI et al., 2010). Esse incremento na participação em publicações não significa, contudo, que os resultados das pesquisas também alcançaram o mesmo impacto social, já que, por um lado, essa relação não é exposta e, por outro, somente na próxima avaliação quadrienal da CAPES o impacto social tende a ser considerado um critério com o mesmo peso das publicações.

Apesar desse incremento, Rossoni (2018) demonstra ter havido significativa redução na produtividade por autor. Para ele, tal discrepância deve-se ao aumento do número de autores por artigo, que em muitos casos enquadra-se no que se denomina “coautoria cerimonial⁶”. As anomalias do sistema, desde há muito tempo identificadas pelos pesquisadores, são resumidamente explicitadas pelo autor: “Nos transformamos num campo que explora alunos, que adultera a autenticidade da autoria, que premia os exageradamente produtivos e pune aqueles que produzem de forma mais reflexiva para, no fim, sermos menos produtivos” (ROSSONI, 2018, p. 4).

Domingues (2013) também denuncia o significativo aumento do número de autores por publicação, já tendo identificado artigos publicados com uma centena deles. Produtivismo acadêmico⁷, capitalismo acadêmico, artigos transformados em mercadorias e *salami publications* são diferentes termos usados para denunciar essas práticas de produção em série,

⁶ Refere-se ao “tipo de coautoria em que o indivíduo é caracterizado como autor, mas cuja contribuição é inexistente ou superficial” (Rossoni, 2018, p. 1).

⁷ Definido por Bertero et al (2013) como “a produção de artigos acadêmicos apenas para atender a critérios quantitativos de pontuação, sem se preocupar com o conteúdo do que é escrito”.



estimuladas pelas políticas de avaliação científica que expressam ser a quantidade mais relevante que a qualidade. Sendo assim, de que forma o sujeito pesquisador em Administração, altamente produtivo nos critérios atuais, lida com as pressões a que está submetido? Que estratégias eles têm utilizado para produzir e publicar mais pesquisas? Como enfrentam esses desafios e quais consequências têm vivenciado?

Partindo desta problematização, a proposta do trabalho é analisar os posicionamentos dos pesquisadores brasileiros que mais têm publicado na área de Administração em relação às políticas de avaliação científica vigentes, as estratégias de produção e os desafios enfrentados, considerando-se as vivências subjetivas dos pesquisadores diante das recentes demandas de incremento quantitativo de publicações.

Enquanto justificativa, é importante salientar que apesar das múltiplas críticas ao produtivismo acadêmico, poucas são as pesquisas que se aproximam do sujeito pesquisador para compreender como os mesmos vivenciam essas recentes demandas de produtividade da CAPES e demais agências de fomento. Conforme Pedrini (2005, p.3), “a avaliação de desempenho científico, no Brasil, foi e tem sido pouco estudada como problema de pesquisa”. Segundo o autor, muitos trabalhos constituem-se como ensaios e pontos de vista isolados de estudos empíricos.

Dessa forma, no presente trabalho buscou-se refletir sobre os discursos emitidos pelos próprios sujeitos pesquisadores, enquanto enunciados, através da teoria enunciativa bakhtiniana e da análise crítica dessas falas em contraposição constante com a realidade concreta mediante a Epistemologia Crítica do Concreto (ECC) (FARIA, 2015). O propósito foi o de desvelar elementos empíricos para avigorar uma discussão que tem ocorrido, mas que não raramente desconsidera os pesquisadores que vivenciam os temas aqui tratados e os elementos da realidade concreta em suas múltiplas contradições⁸.

Além da presente introdução, este trabalho está organizado em mais quatro seções. A base teórica apresenta as principais demandas do sistema de avaliação atual da CAPES sobre os Programas de Pós-graduação em Administração e também as bases que fundamentam a análise deste contexto: a Filosofia da Linguagem de Bakhtin (FLB) e a ECC proposta por Faria (2015). Na sequência, a metodologia adotada é descrita. Posteriormente, os dados são analisados e, por fim, as principais conclusões são apresentadas.

⁸ Possivelmente por já estarem inseridos e familiarizados com o atual cenário da pós-graduação, a importância da pesquisa empírica no campo parece ter sido minimizada por alguns dos pesquisadores. Com vistas a reduzir o risco de reproduzir vieses ou pontos cegos a partir da posição que se ocupa no contexto sobre o qual se teoriza, os estudos empíricos na área tornam-se ainda mais relevantes.

1 AS DEMANDAS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO ATUAL DA CAPES SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

O desenvolvimento de práticas objetivas de avaliação na produção científica pode ser compreendido através da teoria sociológica do Pós-Colonialismo⁹ (ALCADIPANI; CALDAS, 2012), onde, em um contexto geopolítico, uma lógica específica (do colonizador) de construção do conhecimento passa a ser considerada a única legítima, no que foi chamado de colonialismo epistêmico (ALCADIPANI, 2017). Assim, o conhecimento construído no Norte Anglo-Euro-Cêntrico¹⁰ sobre gestão é referência de qualidade e rigor, tendo sua legitimidade e valorização constantemente reforçadas (ALCADIPANI; CALDAS, 2012).

Esse fenômeno se intensificou a partir do Plano Marshall e das políticas de Estado dos Estados Unidos para a América Latina iniciadas no governo de Franklin D. Roosevelt na década de 1940. A colonização epistêmica passou então a ser reproduzida sem a tutela do Estado colonizador, mas sob a regência da lógica do capital (por meio da economia de mercado, “*american way of life*”, ideologias do desenvolvimento, do crescimento, da meritocracia e do individualismo), com a intenção de se criar mercado e desenvolver mão-de-obra barata, minimamente educada para serem utilizadas na região colonizada (ALCADIPANI; REIS ROSA, 2011; ALCADIPANI; CALDAS, 2012; BERTERO et al., 2013; ALCADIPANI, 2017).

Outrossim, Bernardo (2014) esclarece que a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BM) estabeleceram diretrizes para a promoção de reformas nos serviços públicos visando à redução de custos, à eficiência e à produtividade, pautando as práticas das universidades públicas dos mais diversos países. Para Bertero et al. (2013), os pesquisadores estrangeiros dos países do Norte Anglo-Euro-Cêntrico são tidos como mais “qualificadas” ou de “primeira linha”, por estarem adequados aos critérios e diretrizes recomendados por essas organizações. Meriläinen et al. (2008) discutem a hegemonia¹¹ que ocorre na ciência, em que países periféricos precisam justificar a relevância de suas pesquisas

⁹ Corpo de conhecimento complexo que aborda a imposição da lógica ocidental aos países subordinados a norma ocidental, também se refere à criação de categorias e análises que ocultam o etnocentrismo científico ocidental. Nesse sentido, o “colonialismo epistêmico” emerge como uma forma de legitimação da imposição da lógica colonialista (ALCADIPANI; CALDAS, 2012).

¹⁰ Referidos adiante no texto apenas como países do Norte: países ricos do norte colonizador, anglofônicos, outrora chamados de *primeiro-mundo*, detentores da hegemonia epistemológica.

¹¹ Entende-se aqui hegemonia enquanto um fechamento discursivo que serve a manter e reforçar relações já desiguais.



consideradas “diferentes” diante do olhar dos países considerados centrais, para torná-las publicáveis.

Dentro desse contexto, os próprios sujeitos pesquisadores mimetizam a lógica do *publish or perish* na construção de conhecimento dos países colonizados. Maurício Tragtenberg, ao ministrar um curso sobre poder e sindicalismo em Porto Alegre em 1978, já tinha alertado que quando a pontuação e a avaliação perante os pares predominam diante das finalidades sociais do que é produzido na universidade, estamos diante de um fator de “delinquência acadêmica” (TRAGTENBERG, 1978).

Nesse sentido, Alperstedt e Andion (2017) denunciam a urgência em se promover uma discussão “sobre o impacto social para além da funcionalidade da pesquisa científica e sua aplicação no campo prático” (ALPERSTEDT; ANDION, 2017, p. 626). O impacto social tem sido mensurado no Brasil por indicadores indiretos como número de downloads de artigos, índice H, premiações de pesquisas científicas, formação de doutores. Nessa mesma linha do impacto social e da delinquência acadêmica, Faria (2017) observa que:

O academicismo burocrático, baseado em pontuações, métricas, critérios formalísticos, enfim, em sistemas quantitativos de avaliação com seus “matematismos” e “formulismos” abstratos de “medida de impacto” a partir de equações socialmente tão inexpressivas quanto insignificantes (na verdade, critérios que se prestam a competições egóicas entre pesquisadores, revistas e programas que se bastam a si mesmos), atingiu em cheio a qualidade das pesquisas, desvalorizando o tempo de uma autêntica reflexão inovadora para dar lugar a uma profusão de quantidades carregadas de mesmices, a estratégias de produção fordista estandardizada de artigos pretensamente acadêmicos, a formação de cartéis entre bases indexadas e sistemas de hospedagem privados de revistas em busca de seus Qualis e a toda a sorte de artimanhas nas práticas produtivistas cujo teor não faz qualquer concessão ao que é social e politicamente importante. Ao contrário, concentram-se no que mais recobre o autorregozijo individualista dos produtores tayloristas-fordistas da academia e à privatização dos sistemas de avaliação (FARIA, 2017, p. 18).

Considerando os elementos geopolíticos e pós-colonialistas da imposição de critérios objetivos para a avaliação da produção científica expostos até aqui, é necessário expor o desenvolvimento do processo avaliativo dentro desse contexto. A avaliação de desempenho é o processo que visa medir o quanto um empregado é capaz de produzir dentro de uma meta previamente estabelecida (FIDÉLIS, 2007). Ainda, a avaliação de desempenho fundamenta outros processos organizacionais como perspectivas salariais, transferências, promoções e demissões de funcionários (VILAS BOAS, 2009).

Embora no entendimento *mainstream* da Administração a prática avaliativa seja naturalizada e considerada objetiva e necessária, cabem alguns questionamentos, esses menos prevalentes no discurso organizacional:

- (i) quem está apto a avaliar quem? Ou seja, quem estabelece as metas e resultados esperados do empregado que servirão de base de julgamento? Quem define o processo, a metodologia adotada, as etapas e os critérios da avaliação?
- (ii) Em que medida uma avaliação de desempenho pode ser neutra e objetiva?
- (iii) Que tipos de práticas a avaliação de desempenho justifica?
- (iv) De que forma a justificativa que a avaliação de desempenho oferece para as práticas adotadas pelas organizações causa as reações dos trabalhadores, na medida em que responsabiliza/culpabiliza/questiona o avaliado quanto às suas competências?

São essas questões, silenciadas na literatura, que não problematizam os aspectos mais centrais da avaliação acima elencados, e que merecem ser discutidas. De acordo com Faria (2017, p. 18) “a produção acadêmica, necessariamente coletiva, é medida pela pontuação individual, criando critérios de pertencimento a programas de pós-graduação e de apoio por parte de instituições de fomento. Assim, tornaram-se comuns vários artigos com muitos autores em que se alteram a ordem dos mesmos para cumprir os requisitos de avaliação pelo primeiro autor: todos pontuam várias vezes (...): publicar e pontuar estão se tornando não um procedimento de publicização do fazer científico, mas uma atividade tarefaira”.

A abordagem pós-colonialista e a geopolítica do conhecimento esclarecem de que forma os critérios são estabelecidos e quem são os sujeitos habilitados a julgar o desempenho dos demais pesquisadores (ALCADIPANI; CALDAS, 2012; BERTERO et al., 2013, COOKE, 2004), assim como explicam a hierarquização dos conhecimentos e como os critérios avaliativos podem ser compreendidos.

Sendo assim, para além da aparência fenomênica e da dimensão geopolítica do colonialismo epistêmico, a avaliação de desempenho pode ser entendida como mais uma forma de controle sobre o processo de trabalho. Trata-se, assim, de uma ‘tecnologia de gestão’ que facilita e promove o controle também da subjetividade, com vistas a extrair a máxima utilidade da força de trabalho (FARIA, 2017). Posto isso, é importante enfatizar que a partir da segunda guerra o desempenho dos cientistas passou a ser objeto de discussão, haja vista a sua participação em projetos que poderiam desenvolver artefatos de guerra, possível diferencial nas intensas disputas armadas (PEDRINI, 2005). Ou seja, o fazer do cientista passou a ser de interesse de diversos grupos sociais, assim como as formas de controlar e avaliar seu trabalho.

Desta forma, ressalta-se a importância de que as discussões acerca da avaliação desse fazer do cientista não se limitem aos critérios adotados e às anomalias que eles possam gerar¹², mas se estendam a à essência da questão sobre a avaliação: Que elementos objetivos e subjetivos uma avaliação possui e mobiliza, em cada contexto? Em que lugar ou posição subjetiva a avaliação coloca os avaliados, e com qual finalidade? Reconhecidos cientistas como Einstein e Freud, se estivessem vinculados à pós-graduação hoje, conseguiriam publicar suas duras críticas aos modelos vigentes? Conseguiriam eles estabelecer intensas redes de colaboração internacional ou pereceriam na lógica do *publish or perish*, sendo taxados de fracassados e improdutivos? Bertero et al. (2013) ressalta: “É sempre oportuno lembrar que as grandes e marcantes obras de nossa área não seriam possíveis em regime produtivista” (BERTERO et al., 2013, p. 182).

A avaliação científica nacional impõe aos pesquisadores fortes demandas por produtividade e competitividade, e possui implicações claras e bastante objetivas na carreira: o financiamento de suas pesquisas, o suporte financeiro, o seu emprego (quando não estável) e inclusive a promoção dos cientistas é baseada em algum tipo de avaliação (PEDRINI, 2005). Nesse sentido, é preocupante a submissão de todas as áreas do conhecimento, independentemente da proposta metodológica e epistemológica de cada uma delas e de todo o país, a um mesmo padrão de avaliação, apesar da heterogeneidade que caracteriza as diferentes regiões de um país com as dimensões continentais como o Brasil (BIANCHETTI; VALLE, 2014).

No contexto brasileiro, o aumento das exigências avaliativas gera sobrecarga de trabalho e “dificuldade em manejar as exigências do trabalho acadêmico e administrativo vinculado à pós-graduação” (FREITAS; NAVARRO, 2019, p.1032), o que tem provocado com frequência problemas de saúde, com ênfase para transtornos mentais, afastamentos, sentimento de improdutividade, entre outros. Bosi (2007) também denuncia a precarização do trabalho docente no Brasil, que envolve “a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IES públicas” e “a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente” (BOSI, 2007, p. 1503). Palangana (2002) ressalta o viés individual da avaliação, em que “os possíveis complicadores parecem advir unicamente da vontade, do interesse, da força de trabalho e das habilidades mentais de cada um” (Palangana, 2002, p.24).

¹² Dentre elas, pode-se citar: o produtivismo, a coautoria cerimonial, a supervalorização das peças científicas (artigos) em relação às demais atividades que caracterizam o fazer docente, a exploração do trabalho de alunos e bolsistas, entre outras.

Assim, a gestão impõe ao trabalhador, em nome da autonomia, a responsabilidade de gerir as *disfunções organizacionais*, sem prover os recursos necessários para o cumprimento das exigências postas, o que gera ainda maior intensificação do ritmo de trabalho. Bernardo (2014) utiliza o conceito de precariedade subjetiva¹³ proposto por Linhart (2009) para caracterizar a vivência do pesquisador, em que as identificações coletivas são fragilizadas e, em lugar delas, são adotadas estratégias individuais de enfrentamento das exigências postas. Esse cenário tem levado muitos pesquisadores ao desgaste mental, afetando assim sua saúde e bem-estar, assim como a qualidade do trabalho desenvolvido.

Portanto, entender como os pesquisadores que mais publicam se posicionam (objetiva e subjetivamente) em relação a essa avaliação, assim como as estratégias adotadas e os desafios enfrentados, é fundamental para problematizar as políticas de avaliação científica vigentes, as quais impactam diretamente tanto na saúde docente quanto na produção científica do país¹⁴. Para avançar neste propósito, apresenta-se a seguir os pressupostos teóricos que fundamentam a análise do objetivo proposto, uma vez que se entende serem estes convergentes com a epistemologia adotada e o problema de pesquisa delineado.

2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-EPISTÊMICOS

No presente estudo, adotou-se a Epistemologia Crítica do Concreto (ECC) de Faria (2015) e a Filosofia da Linguagem de Bakhtin (FLB). A adoção da ECC fundamentou a observação da realidade concreta dos novos critérios de avaliação de produção impostos pela CAPES; do aumento de publicações científicas na área de Administração no período estudado; dos posicionamentos, estratégias de produção e dos desafios trazidos para os pesquisadores em relação às demandas atuais. A FLB ofereceu ferramentas de análise capazes de problematizar os enunciados em seus aspectos dialógico, responsivo e ideológico. A ECC permitiu a confrontação desses elementos com a realidade concreta, acarretando no tensionamento de seus enunciados, considerando suas sutilezas e desvelando suas

¹³ Precariedade subjetiva como sentimento de isolamento e abandono, perda de autoestima e autoconfiança, sensação de nunca estar à altura do que se espera no trabalho, de não dominar o labor, de estar sempre precisando desenvolver esforços para se adaptar ao que se espera e cumprir com os objetivos fixados, para não se colocar em uma posição de risco físico ou moral (LINHART, 2009).

¹⁴ As pesquisas já publicadas, em sua maioria, possuem como enfoque ora a discussão (majoritariamente teórica) sobre as políticas de avaliação, ora as implicações dessas políticas para a saúde dos pesquisadores (incluindo aí alguns trabalhos empíricos), sendo raros os trabalhos teórico-empíricos que relacionam a precarização subjetiva à manutenção de um sistema que produz anomalias e ao mesmo tempo favorece o adoecimento, alimentando assim um ciclo desgastante e pouco produtivo.

contradições. Vale frisar que tanto a FLB quanto a ECC partem do materialismo histórico e compreendem a contradição como elemento constituinte da realidade concreta.

2.1 ELEMENTOS DA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DO CONCRETO (ECC)

Para superar a autorregulação do saber científico, onde as leis do próprio discurso científico determinam seu desenvolvimento, métodos e procedimentos, é demandada uma vigilância epistemológica, e, por conseguinte, uma prática epistemológica que a corresponda (FARIA, 2015). Assim, “a epistemologia é, em essência, crítica, mas nem toda epistemologia é uma epistemologia crítica do concreto” (FARIA, 2015, p. 18).

Epistemologicamente, os idealistas consideram que a realidade é criada pelo pensamento, ou o resultado exterior da ideia; para uma ECC o objeto a ser apreendido é o mundo material em sua totalidade cognoscível¹⁵, com suas contradições históricas e sociais. Dessa forma, a primazia para a construção do conhecimento em uma ECC é o real e não a sua idealização, ou o que é dito sobre ele¹⁶. Para os estudos organizacionais, a ECC considera que “Há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade estudada para que ele possa apreendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória, e não apenas em sua aparência fenomênica” (FARIA, 2015, p. 23). Assim, na ECC, a operacionalização da produção do conhecimento é apresentada, em três momentos distintos da apreensão do objeto de estudo pelo sujeito pesquisador: 1 - Aproximação precária do sujeito com o objeto: a realidade é confusa, disforme e sem identificação das relações internas e externas; 2 – aproximação valorizada do sujeito com o objeto: a realidade cognoscível é relativamente organizada e sistematizada, a totalidade passa a ser formalmente estruturada, as relações internas e externas são explicitadas, as contradições reveladas e os significados inteligíveis; 3 – apropriação do objeto pelo sujeito: A realidade cognoscível é apreendida pela consciência como real pensado; a dinâmica das relações é estabelecida com o desvelamento de suas contradições em uma totalidade em movimento.

Portanto, ao adotar como fundamento a ECC para os estudos organizacionais, conforme proposto por Faria (2015), é possível compreender a construção do conhecimento a partir da primazia do real concreto, buscando desvelar as contradições ocultadas na primeira

¹⁵ “A totalidade, no sentido de uma apropriação absoluta do real, é inatingível. A totalidade, portanto, é a totalidade cognoscível, ou seja, apreendida relativamente, em sua redução pensada, abstrata” (FARIA, 2015, p. 22).

¹⁶ Para aprofundamento sobre a elaboração e operação dessa metodologia, em especial quanto a sua aplicação nos estudos organizacionais, indica-se Faria (2015).



aproximação com o objeto de pesquisa, por meio de seu tensionamento e análise dialética. Vale ressaltar que a FLB, assim como a ECC, parte do materialismo histórico e apresenta ferramentas de análise convergentes, tendo sido adotada para fundamentar a análise da contradição como elemento constituinte da realidade concreta.

2.2 ELEMENTOS DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE BAKHTIN (FLB)

A filosofia da ciência está repleta de tensões sobre o modo como se produz o conhecimento e seu estatuto de verdade. A discussão sobre o lugar que o pesquisador ocupa na pesquisa e sobre a forma como se produz conhecimento extrapola o espaço acadêmico, pois “os conhecimentos produzidos impactam nos modos de organização de uma dada sociedade, incidindo sobre os modos de ser e agir das pessoas que a compõem” (MACHADO; ZANELLA, 2019, p. 02).

Bakhtin contrapõe-se à hegemonia da ciência e à suposta neutralidade com a qual ela é por vezes compreendida. Nesse sentido, é possível extrair de Bakhtin elementos que sustentem outras formas de se pesquisar nas ciências humanas e sociais, em que o estatuto de verdade possa ser questionado a partir da consideração do lugar que o pesquisador ocupa na arena discursiva. Assim, entende-se que todo posicionamento é interessado, e a ciência, nesse sentido, não é exceção (BAKHTIN, 2011).

Para Bakhtin, as ciências exatas são consideradas uma forma monológica de saber, pois uma consciência estuda uma coisa e emite um enunciado sobre ela. Mas o sujeito, permanecendo sujeito, não pode ser estudado como objeto, como coisa muda, sobre o qual se emitem enunciados. Assim, o conhecimento que se produz sobre sujeitos deve ser dialógico, ou seja, deve contemplar perspectivas e posicionamentos múltiplos (BAKHTIN, 2017).

Os estudos que partem de Bakhtin dão especial atenção ao que tem sido silenciado nas discussões, ou seja, àquilo que não é tomado como objeto de análise e problematização, ao que escapa ao que é tomado como verdade, como voz prevalente (monológica) de determinado campo/momento histórico. Neste estudo, em particular, busca-se questionar o que é tomado como *mainstream* no campo da Administração, especialmente as verdades que são produzidas acerca da avaliação do pesquisador. Por isso, essa escolha se justifica face à problematização apresentada.

Os temas de análise nos estudos que partem da FLB não buscam selecionar os discursos prevalentes e majoritários, mas justamente aqueles posicionamentos silenciados,

sobre os quais pouco se problematiza, favorecendo assim a dialogia. Desse modo, interessa a esses estudos, a partir do contato com a realidade, pinçar elementos sutis pouco perceptíveis, para que estudos posteriores possam também se debruçar sobre eles.

Essa perspectiva afirma a concepção dialógica, responsiva e ideológica de todo enunciado e sujeito falante. A FLB rompe com a concepção representacionista de linguagem (ou seja, como mera transmissora de ideias), colocando-a (a linguagem) como centro da construção da subjetividade e da alteridade, ou seja, do próprio tornar-se humano.

Nesse sentido, o presente estudo não pretende problematizar o que grita (o que satura), mas o quase inaudível, o que conflita com o estabelecido, trazendo também esses elementos para a arena discursiva. A próxima seção apresenta as escolhas metodológicas feitas para a pesquisa a partir desta problematização.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA: SUJEITOS E OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Nesta pesquisa, qualitativa, o método adotado foi o de estudo de caso, onde o caso é o próprio fenômeno em estudo (MERRIAM, 2009; STAKE, 2005). Para acessar esse fenômeno, dialogou-se com os pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades públicas¹⁷ que mais publicaram na área da Administração no período de 2015 a 2017 (último ciclo de avaliação disponível no momento da coleta de dados). Para a seleção dos sujeitos da pesquisa, adotou-se a consulta aos Currículos Lattes dos 219 pesquisadores vinculados às universidades públicas com programas de pós-graduação em Administração com notas 5, 6 ou 7 na avaliação quadrienal CAPES 2017: UNB, UFPR, UFRGS, USP, UFRJ, UFBA e UFLA. Foram selecionados aqueles que atenderam aos seguintes critérios: a) mínimo de 13 artigos publicados entre os anos de 2015 a 2017; b) mínimo de 6 artigos publicados em algum desses anos (2015, 2016 ou 2017)¹⁸. Os 29 pesquisadores que atenderam aos critérios foram convidados a participar da pesquisa, sendo que 13 deles aceitaram, não havendo participantes das duas últimas universidades citadas. Portanto, os

¹⁷ A escolha do recorte desta pesquisa em relação às universidades públicas se deu em função de serem aquelas que ainda oferecem as melhores condições de trabalho ao pesquisador. Nas universidades particulares, em geral, a precarização do trabalho é maior: a hora-aula paga costuma ser inferior, nem sempre há um número suficiente de horas contratadas, não há qualquer tipo de estabilidade, há pouco incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, entre outros. Ou seja, ainda que o cenário da universidade pública esteja bastante precarizado, é o que oferece as melhores (ou menos piores) condições para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil, juntamente com alguns institutos públicos de pesquisa.

¹⁸ A escolha dos critérios baseou-se em um número que representasse publicação anual maior que quatro artigos (portanto, a partir de 13 no período), estando esses concentrados em algum dos anos. O corte mínimo e máximo de publicações foi definido em função do número máximo de entrevistados desejados (até 30 pesquisadores).

participantes estão vinculados à USP (3), UNB (5), UFRJ (2), UFPR (2) e UFRGS (1), sendo 6 mulheres e 7 homens.

Quanto ao perfil, dentre os entrevistados, 6 são bolsistas de produtividade (2 mulheres e 4 homens), sendo 2 nível 1 (1A e 1D) e 4 nível PQ2, sendo as subáreas de pesquisa bastante diversas. A média de idade dos entrevistados é de 51,5 anos, sendo todos casados, onze deles com filhos e apenas dois sem filhos. O tempo mínimo de experiência como professores universitários é de dez anos, com exceção de um, que ingressou em 2011.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas por programas de computador (entrevistas realizadas remotamente) ou softwares de celular (entrevistas presenciais), com a devida autorização dos sujeitos entrevistados. As entrevistas, presenciais ou à distância, duraram entre 40 e 80 minutos e foram realizadas entre março e maio de 2018. Partiu-se de um roteiro semiestruturado, permitindo a abordagem de temas correlatos, conforme a necessidade e a dinâmica que surgiu na própria relação com os entrevistados. Para garantir o anonimato dos entrevistados, a cada um dos pesquisadores foi atribuído um pseudônimo.

O roteiro incluiu questionamentos sobre: o posicionamento em relação às políticas de avaliação científica adotadas pela CAPES e projetos acadêmicos futuros; estratégias de produção adotadas para a manutenção dos altos índices de publicação e os principais desafios encontrados/ aspectos que desmotivam o trabalho. A análise dos resultados está dividida nesses três principais itens.

Os posicionamentos dos pesquisadores, tanto em relação à política de avaliação da CAPES quanto em relação às estratégias de produção e aos desafios enfrentados, foram lidos enquanto enunciados, conforme entendido pela FLB (2011). A teoria enunciativa bakhtiniana possibilita a leitura de uma política como a manifestação de relações de poder, produtora de modos de subjetivação.

Já a ECC (FARIA, 2015) possibilitou a análise crítica dos enunciados, por meio da constante contraposição entre os mesmos e a realidade concreta. Assim, a fase de análise de dados ocorreu concomitantemente à fase de coleta, já que os resultados obtidos foram sistematicamente confrontados com a teoria existente e com o real concreto, de modo que o fenômeno fosse compreendido para além da aproximação precária, mas em suas dimensões dialéticas e contraditórias.

Deste modo, a partir da ECC proposta por Faria (2015) e da incorporação de elementos da FLB (2011), as etapas de análise incluíram: i) realizar a leitura dos enunciados na “arena de vozes”; ii) situar os discursos predominantes em cada esfera; iii) identificar

discursos minoritários; iv) tensionar os discursos; v) analisar dialeticamente elementos contraditórios; vi) situar o fenômeno historicamente; vii) elaborar temas de análise; viii) problematizar os resultados e apresentá-los para além de sua aparência fenomênica. Cabe ressaltar que o estudo em questão não tem por objetivo a generalização, mas a análise e problematização crítica de como o grupo específico de pesquisadores selecionado se posiciona em relação à política de avaliação científica vigente. Assim, dentre as limitações metodológicas pode-se citar a delimitação de um grupo específico de pesquisadores vinculado exclusivamente a universidades públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo da análise incluímos quadros que sintetizam as principais contradições que emergiram ao longo da pesquisa. Assim, os quadros apresentam o que é enunciado, contrapondo cada item ao que é simultaneamente silenciado/o que não é dito, mas que tem relação direta com o que é afirmado, compondo, portanto, uma unidade dialética, conforme a ECC e a FLB teorizam. Os quadros apresentam, portanto, os principais resultados ao mesmo tempo em que evidenciam o método de pesquisa adotado, e que estivemos atentos às contradições, ao que estava invisibilizado, ao que não é dito, mas que, ainda assim, é parte da realidade concreta em sua totalidade.

4.1 EU, PRODUTIVO? POSICIONAMENTOS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO CIENTÍFICA ADOTADA PELA CAPES

Muitos dos participantes da pesquisa mostraram-se surpresos diante da constatação de que eles estariam entre os pesquisadores com maior número de publicações de artigos no período considerado. Os posicionamentos variaram entre surpresa, desconhecimento e comparação com os pares, conforme apresenta-se abaixo *“Foi? Bem, enfim, essas coisas acontecem (risos) (...). E eu estou nesses que está publicando muito, é? Deve ter alguma coisa errada (risos). As coisas acabam acontecendo mais como uma consequência”* (João Gustavo, 68 anos), *“É, não sabia, nem imaginava, então o pessoal está bem ruim, hein?”* (Mariana, 61 anos).

A surpresa apareceu acompanhada também de risos, modéstia e até discordância quanto ao número significativo de publicações, como foi o caso de Rubens (39 anos), que

afirma não ter um número tão alto de publicações. Dado o contexto de alta demanda por publicações e a dedicação exigida para a efetiva publicação de um artigo em uma revista bem qualificada, o estranhamento e a negação podem ser também entendidos como sintomas, traços da precarização subjetiva vivenciada na academia, conforme Bernardo (2014).

Notou-se que os sujeitos que mais publicam na área da Administração não se consideram superprodutivos e possuem expectativa de publicar mais. De fato, muitos deles afirmaram não dispor do tempo que gostariam para a escrita dos artigos. No entanto, ao serem questionados sobre o que os leva a ter altos índices de publicação, a maior parte dos pesquisadores afirmou ser esse um resultado, uma consequência do trabalho, ao mesmo tempo em que negaram priorizar a publicação, inclusive questionando sua importância.

Nesse sentido, os pesquisadores João Gustavo (pesquisador mais sênior entre os entrevistados) e Vinícius (o mais jovem), expõem seus pontos de vista, mostrando que a (aparente) pouca importância que se atribui à publicação não se trata de um posicionamento condicionado ao tempo de experiência na área acadêmica: *“Agora já não é nem muito a minha [preocupação], assim, o que eu estou procurando mais não é a publicação. Eu estou trabalhando nos programas profissionais, que é uma coisa nova, e as publicações não são tão importantes”* (João Gustavo, 68 anos), *“Se eu jurasse, eu te jurava, eu não estou nem aí para publicação!”* (Vinícius, 34 anos).

Embora tenham negado a ênfase dispensada à publicação, ao abordar projetos futuros, objetivos e metas acadêmicas para os próximos cinco anos, os aspectos relacionados à publicação foram prevalentes, o que parece apontar mais para a negação da importância do que para uma efetiva despreocupação relacionada à publicação. A precariedade subjetiva (LINHART, 2009) é perceptível ao se constatar que mesmo os pesquisadores que mais publicaram no período analisado não se sentem satisfeitos quanto ao número e à qualidade de suas publicações, julgando-as insuficientes. Esse posicionamento pode ser um indicativo de uma política de avaliação científica que (des)valoriza o pesquisador em função de um número que precisa ser superado a cada ano. Produções anteriores tornam-se vistas como obsoletas e desatualizadas tão rápido quanto o próprio pesquisador que deixa de publicar na velocidade e qualidade esperada.

Ao mesmo tempo, os pesquisadores tomam a intensificação do trabalho de modo bastante naturalizado. Expressões como “faz parte do jogo”, “faz parte do trabalho do pesquisador” são ouvidas com frequência. Os “soldados” parecem já estar habituados ao “campo de batalha”, no qual eles próprios devem produzir o seu instrumental de luta, das

armaduras que os tornam menos sensíveis às ameaças morais postas, aos escudos que os defendem de ataques à sua capacidade produtiva e espadas que contra-atacam os colegas que transvertem-se em concorrentes. O “jogo” e a “batalha” não são questionados por todos, mas sim a própria capacidade e competência. Seria a produção de subjetividades que se questionam, e inclusive adoecem com vistas à satisfação da expectativa de produção, um dos mais desenvolvidos artefatos que a política de avaliação entrega à sociedade?

Pesquisadores com mais tempo de pós-graduação são os que destoam, apresentando um viés mais crítico: *Tem muita coisa para fazer, tem que tornar mais útil para a sociedade (...), mas o pessoal fica nesse produtivismo, não leva a nada.* (João Gustavo, 68 anos). Ainda em relação à pressão por publicação, a pesquisadora Alice (59 anos) compara o trabalho do pesquisador ao do vendedor, que precisa cumprir metas, mostrar resultados, aproximando o trabalho de pesquisa a um trabalho operacional.

Alguns entrevistados mencionaram que tal pressão por publicação era inexistente durante a formação como pesquisador, quando a ênfase não era dada sobre a publicação. Esses pesquisadores consideraram um panorama histórico amplo, conforme se percebe nos posicionamentos das professoras sênior Clarice, Mariana e Alice, que chegam a ponderar sobre os efeitos dessa ênfase em publicar:

(...) chegou um momento em que essa pressão se perdeu, ela foi mais para a quantidade do que para a qualidade. (Clarice, 49 anos).

Ela gera efeitos perversos e efeitos positivos. Antes a publicação ficava muito em cima de um professor só, até eu me acomodei com isso, publicava menos. A publicação dela, ou do outro colega, juntava tudo, contava para a instituição inteira. Hoje a avaliação é individual. Acho isso mais honesto. (Alice, 59 anos).

Percebe-se como a contextualização histórica permite, ao mesmo tempo, tanto maior exercício da imaginação quanto verificar criticamente que outras formas de trabalho são possíveis, problematizando a realidade atual. A avaliação individual, de fato, parece gerar maior pressão e exposição dos professores. “Ajudar de outra maneira” já não é tolerado, todos precisam ter a publicação como o foco maior para se manter na pós-graduação. A competitividade entre os pares e a menor solidariedade na pós-graduação é discutida por Patrus, Dantas e Shigaki (2015), para quem a colaboração é indispensável, inclusive ao próprio produtivismo.

O Quadro 1 resume os principais achados em relação à política de avaliação científica da CAPES, contrapondo o que é afirmado ao que é silenciado/ocultado:

Quadro 1 - Posicionamento dos pesquisadores em relação à política de avaliação científica da CAPES

O que é afirmado	O que é silenciado/ ocultado
Não se preocupam com publicação, sendo mera consequência do trabalho	Publicação é a principal meta citada; adoção de várias estratégias para aumentar os índices de publicação
Publicação nacional apresenta problemas, é lenta, pareceres são superficiais	Condições intensificadas de trabalho são silenciadas. A relação entre as condições de trabalho e a situação das revistas nacionais é pouco problematizada
Não se sentem muito produtivos, apresentam surpresa ao serem informados sobre seus índices	São os que mais publicaram no período analisado; índices não parecem ser suficientes diante das próprias expectativas de publicação
Naturalização das condições de trabalho e expectativas de produção: "faz parte do jogo"	Subjetividades que se questionam e inclusive adoecem com vistas à satisfação da expectativa de produção
Avaliação individual é mais justa e honesta; depende das habilidades/ do trabalho de cada um	Menor colaboração efetiva entre os pares; endogenia, citação de determinados grupos/ parceiros; redução da mobilização coletiva enquanto classe.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A avaliação individual é apontada por alguns como mais justa e honesta. O indivíduo é exaltado enquanto pessoa autônoma, dona de seus atos, cujos resultados do trabalho dependeriam apenas de sua determinação, capacidade mental e força de vontade (Palangana, 2002). Professores mais novos, como Henrique (39 anos) evitam entrar na “onda do produtivismo”, não por ser necessariamente crítico a ele, mas por considerar ser um processo de trabalho pouco eficiente. Ou seja, critica-se o produtivismo com a própria lógica da avaliação/produção:

Eu não entro muito nessa onda de produtivismo, que a gente é obrigado inclusive pela própria CAPES a ter pontuação no quadriênio, eu evito publicar qualquer coisa. Prefiro perder mais tempo num artigo bom a sair publicando coisa desestruturada (...) às vezes tenho colegas que no afã de produzir a qualquer custo saem submetendo qualquer coisa e gastam mais tempo do que se concentrasse mais esforços (Henrique, 39 anos).

Pesquisadores defendem a necessidade de indicadores e da própria pressão por publicação, com vistas à divulgação do conhecimento e das pesquisas que são financiadas com recursos públicos. Será que a qualidade do trabalho depende tanto de avaliação externa? Se o trabalho pode ser um prazer, um campo de realização humana, por que a necessidade da avaliação é tão pouco questionada? Por que *tem que avaliar*? Esse é o silêncio que ecoou como um grito ao longo da pesquisa, enquanto que as vozes apontavam divergências apenas quanto ao método adotado.

Ao reconhecer essa necessidade por publicação como legítima, seja a pressão sentida como externa ou interna (apropriada pelo sujeito), os pesquisadores estabelecem determinadas estratégias para atendê-la, conforme será abordado a seguir.

4.2 EU, RESPONSIVO? ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ENFRENTAMENTO

Dentre os fatores que foram apontados como importantes para os altos índices de publicação (ainda que os pesquisadores não os reconheçam como bons o suficiente, já que gostariam de publicar mais), pode-se citar:

- i) Participação ou liderança de grupos de pesquisa: muitos pesquisadores apontaram a participação ativa em um grupo de pesquisa como um fator que ajuda na elaboração de ideias, reflexões, e que favoreceria as publicações.
- ii) Pressão exercida sobre os pós-graduandos: por vezes a pressão sobre publicação que a avaliação exerce sobre os professores é distribuída para os alunos por meio das diretrizes e normas dos programas, que obrigam o estudante a submeter ou publicar determinado número de artigos durante a formação. Com frequência essas exigências são também tomadas como critérios para concessão ou renovação de bolsas de mestrado ou doutorado. Percebe-se aqui como uma política de avaliação é irradiada e reverberada, refratada, inclusive na regulamentação interna dos programas. Neste aspecto a FLB contribui ao demonstrar como as políticas públicas orientam atitudes responsivas dos sujeitos, tanto no sentido de reforçar os padrões monológicos impostos (o que ocorre aqui por meio da autorregulamentação), quanto de contestá-los.
- iii) Perfil do pesquisador/guerreiro: Pesquisadores também apontaram características individuais do pesquisador que favoreceriam manter altos índices de publicação. Percebe-se que a ênfase no perfil do pesquisador reflete certo conformismo: já que o trabalho é tão intensificado e desgastante, resta verificar quem é capaz de suportar as exigentes demandas. As professoras Clarice e Alice, descrevem esse perfil:

(...)Hora-bunda na cadeira. Você ficar na frente de um computador refinando um texto também não é para qualquer um. Exige demais, cansa demais (...) é um trabalho que suga muito. Além de ter as habilidades e competências necessárias para ser um pesquisador, você tem que ter concentração, foco, muito foco, muita perseverança (Clarice, 49 anos).

(...) se você não gostar de pesquisar, de escrever, se você acha isso chato (risadas), de ficar trabalhando um parágrafo para um artigo um tempão... não vem porque não é remuneração. (...) Você tendo interesse por aquela área, por aquele assunto, é bem difícil, se não tiver é impossível (Alice, 59 anos).

- iv) Alimentação da “linha de produção”, do “*pipeline*”: Consiste em manter a linha de produção em andamento, que precisa ser constantemente alimentada, de modo a apresentar artigos nos variados estágios de maturação: concepção, em elaboração, em fase de análise de dados, revisão, submissão. Nessa concepção, o artigo acadêmico torna-se, de fato, uma mercadoria, um ativo a ser gerenciado, administrado. Esse gerenciamento é inclusive parte das “dicas” que alguns docentes fornecem aos jovens pesquisadores, no sentido de não parar de trabalhar em pesquisa, já que os resultados levam tempo:

Trabalhar constantemente em pesquisa e em desenvolver rapidamente um pipeline. Para conseguir publicar 2, 3 papers por ano tem que estar trabalhando no mínimo em seis, todo ano, o tempo todo. O mais importante é quanto você tem no seu pipeline. Porque você não controla quando e se você vai ser publicado. Você tem algum controle sobre isso até submeter o paper para a revista. Como a revista pode demorar muito, você pode ser rejeitado em várias delas, você tem que ter meia dúzia de papers circulando, em vários estágios (Mário Felipe, 59 anos).

- v) Parcerias nacionais e internacionais: As parcerias foram apresentadas como fonte de aprendizado para os pesquisadores brasileiros na área da Administração, e em especial as internacionais. Dentre as principais, pode-se apontar a compreensão sobre a formatação e a linguagem adotada nas revistas internacionais, a aprendizagem da escrita em um “outro padrão”, mais “exigente”. A política de avaliação científica, de fato, atribui boa pontuação a publicações internacionais, o que é favorecido por essas parcerias. Em geral, os parceiros eleitos são aqueles que já se encontram em um estágio avançado de reconhecimento, que apresentam as competências consideradas essenciais para disputar a batalha dos *papers* no âmbito internacional: “(...) *me dá muito prazer ter parcerias internacionais e aprender com pessoas inteligentes, também só procuro os bons né, levo mais não do que sim, mas alguns abrem a porta*” (Clarice, 49 anos).

Pesquisadores brasileiros que procuram parcerias internacionais muitas vezes se posicionam como aprendizes para entrar no mercado da publicação internacional, dominado por autores estrangeiros de países colonizadores, que são vistos como “mestres” (BERNARDO, 2014; BERTERO et. al., 2013). Assim, a estratégia de parceria internacional

contribui para a perpetuação da inferioridade do pesquisador brasileiro, os colocando em uma posição de reprodutores do conhecimento produzido originalmente por eles.

Nesse sentido, Juliano (55 anos) indica a importância de aprender com os parceiros estrangeiros e trazer para a pesquisa brasileira as melhores práticas, disseminando-as entre os alunos e os grupos de pesquisa. O estabelecimento de parcerias internacionais é apontado como desafiador, já que os pesquisadores de fora não querem *perder tempo com desqualificado*. Assim, a parceria é vista como uma “conquista”, dado que o pesquisador brasileiro se enxerga como menos capacitado, se colocando em uma posição de “aprendiz”. *Porque lá eles são muito, digamos, cautelosos, tem medo de entrar numa roubada*, alerta Juliano. Assim, a aliança é vista mais no sentido de uma transferência de saber (do estrangeiro para o brasileiro) que como uma troca entre iguais.

A busca por publicação internacional pode ser compreendida a partir da geopolítica do conhecimento e do processo de colonialismo epistêmico, obscurecendo problematizações da realidade local dos países colonizados, como críticas sociais, autonomia e liberdade de reflexão e enaltecendo pesquisas que mimetizam a lógica colonizadora apoiados pelo estabelecimento de diretrizes produtivistas promovidas por organizações como a OMC e o BM, conforme apontado por Bertero et al. (2013) e Bernardo (2014).

Tal ênfase sobre a publicação internacional, que é frequentemente acompanhada pela adoção de epistemologias e metodologias majoritárias, pode ser compreendida como resultado da ideologia do desenvolvimento, promovida pelos países colonizadores do Norte Anglo-Euro-Cêntrico que se beneficiam geopoliticamente desse processo (ALCADIPANI et al., 2012). Cooke (2004) explica a imposição de uma perspectiva colonizadora de desenvolvimento durante o processo de disseminação do modelo de gestão estadunidense como referência internacional. Esse tipo de desenvolvimento é realizado através de uma agenda neoliberal e pela destruição de perspectivas nativas. Faria (2017) alerta que uma característica fundamental das ideologias consiste na ocultação dos interesses daqueles que as apregoam.

A hegemonia que ocorre na ciência, apontada por Meriläinen et al. (2008), é visível. A parceria de pesquisadores brasileiros com os estrangeiros do Norte representa uma forma de facilitação de acesso a um nível “superior” de produção científica em proporção global. Diante da pressão por publicação, pesquisadores de países não-centrais tendem a adotar o olhar hegemônico e apresentar suas pesquisas pelo viés do diferente e instigante, como um estudo antropológico autodirigido. Assim, o entendimento anglófono do mundo se

universaliza e naturaliza como o olhar predominante e mais adequado às pesquisas. Ao cabo, os pesquisadores, para publicar suas pesquisas em periódicos de referência internacional, reproduzem acriticamente perspectivas epistemológicas, metodológicas e teóricas em conformidade com os critérios de avaliação.

Nesse sentido, Alcadipani (2017) expõe a concepção discutida em fóruns acadêmicos que sustentam que os periódicos brasileiros devem continuar a “falar português”, ressaltando a importância de um espaço acadêmico que discuta a realidade e os problemas locais e que “sirva como espaço de resistência ao modelo que está aí e que nos constrói, sempre, como inferiores” (ALCADIPANI, 2017, p. 411). Entretanto, os próprios periódicos nacionais adotam critérios e indexadores que classificam as revistas acadêmicas internacionais e exigem que pesquisadores brasileiros publiquem em revistas brasileiras no idioma inglês. Assim, cabe problematizar por que o estrangeiro é tão valorizado e idealizado, enquanto o brasileiro se coloca em uma posição de aprendiz, inferior ao restante do mundo, com pouca autoestima, uma espécie de Narciso às avessas: “É típico, no provincianismo brasileiro, idolatrar o estrangeiro do mundo desenvolvido” (ALCADIPANI, 2017, p. 409). Mas a questão seria relativa ao provincianismo e à idolatria? Não seria uma identidade ideológica com o modelo dominante de referência e com as relações sociais que sustentam e reproduzem esse modelo? O Quadro 2 resume as principais estratégias adotadas pelos pesquisadores e pode-se perceber como a identidade subjaz em sua forma silenciada.

Quadro 2 – Principais estratégias adotadas pelos pesquisadores

O que é afirmado	O que é silenciado/ ocultado
Liderança ou participação em grupos de pesquisa	Dificuldade em atingir os altos índices de publicação sem a realização de parcerias
Pressão sobre pós-graduandos/ exigência de publicação	Reprodução, via normatização dos programas, da política de produção da CAPES
Perfil do pesquisador guerreiro, capaz de suportar todas as exigências produtivas	Condições de trabalho e exigências produtivas intensificadas
Alimentação da linha de produção / pipeline	Naturalização da avaliação com foco em publicação
Parcerias nacionais e internacionais, sendo as internacionais as mais desejadas e valorizadas	Colonialismo/ desvalorização do conhecimento nacional

A partir da ECC, da FLB e da análise dos resultados, é possível afirmar que toda produção de conhecimento é política, interessada e dirigida a determinados fins, não havendo conhecimento neutro, apolítico e desinteressado. Ao supervalorizar as publicações internacionais em relação às nacionais, a política de avaliação científica institucionaliza e fortalece sentidos já dominantes, e práticas que inclusive desfavorecem a produção acadêmica

nacional, direcionando a produção acadêmica para temas considerados “globais” e perspectivas *mainstream*. Nota-se que o conteúdo e a forma do conhecimento são prescritos pelos interesses hegemônicos (PALANGANA, 2002, p. 113).

As estratégias adotadas se apresentam como sintomas de uma precarização subjetiva (BERNARDO, 2014) em que os fatores externos são pouco problematizados, ao passo que a mobilização de aspectos subjetivos/internos e individuais parece ser sobrevalorizada. Assim, o pesquisador precisa, por esforço individual, dar conta de fatores externos como as exigências produtivas intensificadas. Até aqui, apresentaram-se as principais estratégias adotadas pelos pesquisadores para a publicação de maior número de artigos. Mas, quais são os desafios encontrados no concorrido processo de publicação?

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Os desafios enfrentados pelos pesquisadores são justamente aqueles sobre os quais eles não têm controle direto, mas que interferem na produção de resultados, por vezes dificultando o trabalho de pesquisa, conforme itens abaixo discriminados:

i) Atritos e problemas “políticos”:

Embora os pesquisadores utilizem a expressão “problemas políticos”, referem-se justamente ao problema que decorre da falta de um espaço articulado de defesa dos interesses da universidade, com vistas ao alcance dos objetivos, em que se possa questionar a prática científica e o papel da ciência como veículo de transformação da realidade. Referem-se a situações de atrito e dificuldades de relacionamento com colegas, advindos principalmente de uma noção de “concorrência interna”, caracterizadas por expressões como: *pessoas ciumentas, que criam problema, que atrapalham, que puxam o tapete, chantagem interna*.

Nota-se que a concorrência interna parece atuar no sentido contrário ao do fortalecimento de um grupo e de seus interesses e propósitos, sendo que a organização dos programas de pós-graduação tem servido para atender objetivos externos (como a melhoria da nota atribuída pela CAPES ao programa), que são pouco problematizados e questionados pelo próprio corpo docente. Internamente, grupos e áreas em um mesmo programa estabelecem uma competição por pontuação em que o critério de excelência não tem relação com o impacto social. O que de fato significa a excelência? Tragtenberg (1978) já alertava sobre o risco de se produzir uma “universidade antipovo” e falava do “professor-policia”, que supervaloriza o sistema de exames. Separa-se o pensamento da ação e troca-se o “poder da razão pela razão do poder”. Com isso, corre-se o risco de que as pesquisas tenham um fim em

si mesmas, sendo produzidas para “gerar pontos” para os próprios acadêmicos, secundarizando seu sentido e o próprio impacto social (ALPERSTEDT e ANDION, 2017).

Por outro lado, pesquisadores considerados bem-sucedidos pelo sistema de pontuação CAPES se sentem criticados por aqueles que publicam menos. Esse fenômeno não pode ser considerado uma contradição, pois o critério de avaliação que orienta os bem-sucedidos é o mesmo que classifica os que publicam menos. Pesquisadores se perguntam por que razão justamente aqueles que não aderem à política de “produzir”, publicar, são os que tecem críticas ou comentários que desqualificariam o trabalho de quem atende à norma. A razão que inclui os produtivos no hall da fama é a mesma que discrimina os chamados improdutivos. Assim, pode-se ponderar que aqueles sujeitos que não se submetem à ordem “publique-se” agem com estranheza ou com indiferença em relação ao sujeito que concentra todos os seus esforços no sentido da publicação. Por outro lado, aquele que se esforça ao ponto de deixar de ter lazer para dispensar a sua energia ao trabalho, ou seja, que coloca a sua vida a serviço do trabalho e do reconhecimento, sente-se muito frustrado por ser criticado por seus pares justamente por fazer de tudo, até a exaustão, para cumprir as demandas postas. Ambos consideram que o problema não está nos critérios de avaliação, mas na atitude do Outro.

Ao mesmo tempo, a “endogenia” entendida como “só vou citar os meus pares” ou “me cita que eu te cito”, é outro fator que incomoda:

Essa coisa política de endogenia, de só o meu grupo pesquisa e não existe outro grupo, eu só vou citar os meus pares, não vou citar os outros, isso aí me incomoda sobremaneira. Na verdade, incomodava, porque eu simplesmente parei de submeter aqui no Brasil e aí a coisa começou a andar lá fora. Essa coisa de endogenia, um só cita o outro porque é amigo, nossa, eu vejo isso direto (risos) (Henrique, 39 anos).

Rossoni (2013) refere-se ao fenômeno como “paroquialismo” da academia brasileira, o que “remete à valorização daquilo que é feito dentro do próprio círculo intelectual em detrimento do que é produzido pelos demais círculos” (ROSSONI, 2013, p. 186). Cabe observar que a solução adotada para um problema que é institucional, social e político acaba sendo precariamente “resolvida” por uma mudança individual: *eu simplesmente parei de submeter aqui no Brasil*. Essa afirmação se repetiu em diversos contextos, por diversos docentes. Que problemas geram os pesquisadores brasileiros que decidem não submeter artigos aos periódicos nacionais? De um lado, podem deixar de debruçar-se sobre as temáticas e problemas nacionais, ignorando que a origem dos recursos que financiam suas pesquisas é predominantemente pública. De outro lado, podem publicar resultados de pesquisas sobre

problemas nacionais ou locais em periódicos internacionais de acesso restrito aos interessados ou beneficiários desses resultados.

O pesquisador parece estar afastado da dimensão política da universidade, ou seja, parece não ter clara consciência da responsabilidade social das universidades públicas no desenvolvimento das forças produtivas. Por que os incômodos individuais e as disputas internas são lembradas, enquanto aspectos relacionados à mobilização coletiva, por exemplo, não o são? Os professores parecem já não se enxergarem como pares, parceiros de cooperação e pesquisa, com vistas à efetiva transformação da realidade, mas como concorrentes em um ranking de pontos que parece justificar todo tipo de artimanhas.

ii) Alunos desmotivados e orientados a “diplomas”

Outro aspecto que incomoda os pesquisadores são os alunos desmotivados, orientados apenas à obtenção do diploma:

O que desmotiva é que tem que dar aula, as disciplinas obrigatórias, e o nome já diz, é obrigatório, e os alunos tem que fazer por obrigação, mas não querem estar lá (Vinícius, 34 anos).

A frustração do professor é ver que os alunos às vezes não querem de fato aprender, eles estão buscando um diploma, essa é uma frustração, de ver que o aluno não está de fato ali para aprender, para desenvolver habilidades... (Ana Carolina, 63 anos).

Curioso observar que, embora esse seja um aspecto que incomode, muitos dos pesquisadores estão também orientados a “diplomas”, à pontuação, ao reconhecimento acadêmico na forma que a política propõe. Ora, por que é tão importante publicar em um periódico de alto impacto? Esse também não seria um “diploma”, um “prêmio”, a ser orgulhosamente ostentado na “vitrine acadêmica” do pesquisador? Não obstante a desmotivação, pode-se perguntar se o aluno considerado motivado, nos programas de mestrado e doutorado, não tende a adotar em sua ação exatamente os mesmos critérios que os professores utilizam para se sentirem incluídos na comunidade acadêmica?

iii) Tarefas administrativas vistas como empecilho

As tarefas administrativas e de gestão de projetos/recursos e gestão da própria universidade aparecem como tarefas que não agregam. As reuniões dedicadas a essa finalidade são aludidas como “ralo” e “absorvedor de tempo”, pois todo e qualquer envolvimento político ou burocrático passam a ser qualificados como perda do foco principal, que consiste justamente em fomentar a própria “linha de produção de artigos”. Ou seja, ao não considerar o envolvimento político dos pesquisadores, a política de avaliação produz o próprio afastamento do pesquisador da dimensão coletiva e política da universidade.

Segundo Bertero et al. (2013), os padrões CAPES/CNPq não seriam as únicas explicações para uma atitude e comportamentos produtivistas. Conforme Rossoni (2013), para que a política de avaliação científica possa levar a uma priorização da quantidade em relação à qualidade das pesquisas, é preciso considerar os posicionamentos desonestos dos pesquisadores diante dessa avaliação, que acabam elevando as exigências de pontuação. É o que ocorre quando pesquisadores se tornam coautores de artigos de alunos ou pares com nenhuma ou mínima contribuição:

Hoje em dia me afastei completamente de coisas administrativas, porque é um ralo, é um absorvedor de tempo com bobagem, a não ser que você queira, realmente, seguir a carreira administrativa (Mário Felipe, 59 anos).

Acho cruel a gente ter que fazer tanta atividade administrativa. Esse eu acho um lado perverso que atrapalha a pesquisa. (Clarice, 49 anos).

Compreende-se que, estando praticamente suprimida a dimensão política da universidade, restam apenas as tarefas administrativas¹⁹, que embora necessárias para o funcionamento da universidade e das próprias pesquisas, não promovem práticas que valorizem o trabalho do pesquisador dentro dos critérios estabelecidos.

Assim, as tarefas administrativas tornam-se um problema quando sobrecarregam o pesquisador, que já vive condições intensificadas de trabalho – mas, insistimos, por que se fala das tarefas administrativas e não se problematiza a própria condição intensificada de trabalho? Pode-se apontar a naturalização das condições laborais e principalmente a subjetividade produzida, em que o sujeito se questiona, questiona as próprias escolhas, a utilização de seu tempo, procurando atender às demandas postas por meio de estratégias individuais sem, no entanto, problematizar as exigências apresentadas e/ou discutir a forma como o corpo docente tem lidado com elas, enquanto classe.

iv) **Financiamento e execução do financiamento;**

A forte concorrência que os pesquisadores precisam enfrentar para obter verba das agências de fomento e a dificuldade em executar e manejar o financiamento obtido, de acordo com as necessidades da pesquisa, foram apontados como aspectos desmotivadores:

(...) às vezes falta verba. Tem uma burocracia enorme, muita reunião, muita coisa que acaba atrapalhando. Dificuldade de manejo de verba, você tem, mas não pode utilizar para determinada coisa. (Mariana, 61 anos).

¹⁹ As tarefas administrativas não podem ser confundidas com a dimensão da atuação política, já que a maioria delas não está vinculada à mobilização política. No entanto, na medida em que se suprime a dimensão política da universidade, as tarefas administrativas ficam ainda mais desprovidas de sentido para o trabalhador.

É aquilo que a gente já está sofrendo, a crise, a escassez de recursos, material, eu voltei do pós-doutorado no início do ano, trabalhei um ano na universidade (exterior), eu não precisava fazer nada burocrático. Aqui qualquer universidade federal se você quiser fazer uma compra vai levar 6 meses. E eu trabalho com tecnologia (...) CNPq precisava 30mil, aprovou 19 e me deu 9mil. Gosto muito de dar aula aqui, mas depois da experiência que tive lá vi que poderia produzir mais, fazer mais se eu tivesse um apoio maior. (Vinícius, 34 anos).

Pesquisadores que tiveram a experiência de trabalhar em países com melhores condições de trabalho são mais críticos quanto ao funcionamento do sistema de execução dos recursos destinados à pesquisa no Brasil. Além dos recursos destinados à pesquisa serem geralmente de baixo valor monetário, as exigências operacionais do uso dos recursos e dos processos de prestação de contas são minudentes, detalhistas, carregados de prescrições e de normativas legais. Um equívoco no registro de centavos pode ser muito problemático para o pesquisador e inviabilizar outros financiamentos.

Outro ponto que chama atenção é o quanto o perfil do pesquisador foi também mencionado para dar conta das condições (precárias) de trabalho. Seria necessário um perfil²⁰ muito específico para que o pesquisador não se desmotive frente ao cenário de pesquisa brasileiro:

O professor, se a gente for olhar historicamente, ele teve sempre associado a vocação e doação. Todo mundo que escolhe ser professor tem isso muito forte no seu eu. Acho que só por causa disso que a educação no nosso país sobrevive, à revelia de todos os fatores contra. No Brasil as pessoas que trabalham na educação são muito comprometidas (...) o sistema não desmonta porque as pessoas (...) têm esse perfil. (Clarice, 49 anos).

Ainda, a desvalorização do trabalho do professor, que envolve a restrição do orçamento e recursos para pesquisa, os salários estagnados, as condições de trabalho precárias e intensificadas, como também o pouco reconhecimento da profissão, são aspectos que preocupam os entrevistados, especialmente em um cenário em que mais doutores estão sendo formados, conforme aponta o relatório de área da CAPES de 2017.

v) Gestão das revistas brasileiras

Diversos aspectos desafiam o pesquisador, quando se trata da submissão de um artigo a uma revista brasileira. Dados são considerados desatualizados muito rápido, o que é visto como uma contradição para uma revista que demora por vezes mais de um ano para avaliar um artigo: *Às vezes o artigo ficou desatualizado e nem é culpa tua. Duas submissões mataram o prazo* (Clarice, 49 anos). Verifica-se ainda “ênfase excessiva na forma” e pareceres rasos, o

²⁰ Aqui utilizamos o termo “perfil” para descrever um conjunto de características que pode ser lido a partir dos enunciados da pesquisa. Não se trata de características natas ou imprescindíveis à atuação na área, mas de um conjunto de habilidades valorizadas pelo grupo de pesquisadores para o desenvolvimento de suas atribuições.

que pouco contribui para a melhoria do trabalho: *Demora no aceite. Levar muito tempo e receber parecer de uma linha, que não contribui nada para o trabalho. Tomei uma decisão, com meu grupo de pesquisa, não mando mais artigo para revista nacional* (Henrique, 39 anos).

Ou seja, aponta-se para um grave problema de **gestão** das revistas brasileiras. No entanto, poucos pesquisadores estão dispostos a assumir a editoria das revistas, atividade que retiraria ainda mais tempo da pesquisa. Ainda assim, poucos relacionam o tempo de avaliação com a própria condição de trabalho do avaliador, que também é professor:

Vamos priorizar mais a qualidade né. Mas aí você olha para a condição de trabalho do professor pesquisador, qual é o tempo que ele tem para avaliar artigo também? (...) Há de se considerar que o professor não atrasa a avaliação por pura má-fé. É por falta de tempo (Clarice, 49 anos).

De fato, se nas revistas mais bem qualificadas do exterior a avaliação é célere, mais bem fundamentada, se são revisões mais completas, se os “autores são melhor tratados”, é porque os professores/pesquisadores/revisores também o são, na forma como o seu trabalho está organizado, nas condições que dispõem para exercê-lo.

Não mais submeter artigos para as revistas brasileiras acaba sendo novamente a “solução precária”, apontada por muitos dos pesquisadores para contornar os problemas de gestão das revistas nacionais. Por que a demora na avaliação do artigo é lembrada e a dimensão da intensificação do trabalho do pesquisador é praticamente esquecida, sendo que os dois aspectos fazem parte do dia-a-dia do trabalhador? São essas questões que a FLB suporta propor, ao notar que certos aspectos se encontram silenciados, já que se discute apenas uma dimensão da realidade vivenciada. O Quadro 3 sintetiza as principais contradições em relação aos desafios:

Quadro 3 – Principais desafios enfrentados

O que é afirmado	O que é silenciado/ ocultado
Atritos e problemas "políticos" (relacionamento e competição com os pares)	Afastamento da dimensão política da universidade
Alunos desmotivados e orientados a diplomas	Pesquisadores desvalorizados e também orientados à pontuação conforme as métricas avaliativas da CAPES
Tarefas administrativas vistas como empecilho	Foco excessivo na pontuação avaliativa; perda da dimensão política; naturalização das condições intensificadas de trabalho; exigências de produção superindividualizadas; produção de subjetividades que se questionam quanto ao uso do tempo/ maximização de resultados

Dificuldade em obter financiamento e em executá-lo	Desvalorização do trabalho do pesquisador; investimentos restritos; exigências produtivas superintensificadas para concorrer às restritas bolsas de produtividade e financiamento
Crítica à má gestão das revistas brasileiras e supervalorização da publicação internacional	Condições naturalizadas; colonialismo; afastamento da responsabilidade sobre o cenário nacional; posicionamento escapista e "soluções" individuais ("só vou publicar lá fora") para um problema que exige mobilização coletiva. A alienação.

As condições de trabalho são naturalizadas, enquanto que o processo de submissão às revistas nacionais é percebido como um constante incômodo. Inclusive, o processo de submissão/aceite das revistas brasileiras despontou como o aspecto de maior desmotivação para o pesquisador. Seria porque esse processo implica diretamente nos resultados apresentados pelo pesquisador, na forma como ele é avaliado? Assim, ao mesmo tempo em que pesquisadores afirmam não se importarem com a publicação de artigos/avaliação, sentem-se muito incomodados com a demora da avaliação dos artigos das revistas brasileiras.

Outrossim, ao criticar o processo avaliativo das revistas nacionais, a demora no aceite, a demora na emissão de pareceres, a qualidade (muitas vezes ruim) dos pareceres, a falta de atuação ativa dos editores, os prazos curtos estabelecidos para os autores revisarem seus artigos, os pesquisadores não parecem notar que são eles próprios que compõem o grupo dos “avaliadores”.

Ora, toda publicação depende de inúmeros avaliadores de periódicos que disponibilizam tempo e conhecimento na área para avaliar os artigos submetidos, trabalho esse totalmente voluntário e não remunerado. Se cada pesquisador estiver centrado pela escrita e publicação de seus próprios trabalhos, quem se disponibilizará a avaliá-los? O próprio sistema de publicação depende da solidariedade entre os pares, solidariedade essa que vem sendo corroída pela intensa disputa produtivista (PATRUS *et al.*, 2013).

Se o pesquisador estrangeiro é capaz de fazer uma avaliação detalhada, pertinente e célere e se os prazos concedidos aos autores para revisão são compatíveis com as necessidades de alteração, não seria também porque esses revisores possuem melhores condições de trabalho, podendo dedicar maior tempo às atividades de pesquisa e avaliação? Essa relação foi feita por três entrevistados apenas, sendo que, os demais se restringiram a criticar o sistema das revistas brasileiras, sem relacionar essa realidade à sua própria condição de trabalho. Inclusive o número restrito de periódicos brasileiros poderia estar relacionado a essa intensificação do trabalho, conforme cogita a pesquisadora Alice: “*talvez exista uma*

relação entre o número de periódicos e o tanto de trabalho que quem trabalha numa pós-graduação que tem que fazer pesquisa, fazer trabalho administrativo, dar muita aula, orientar muitos alunos (...)” (Alice, 59 anos).

Vale ressaltar que, de fato, a profissão no Brasil, e em especial nas universidades públicas, é pautada pela tríade ensino, pesquisa e extensão. Embora o reconhecimento maior recaia sobre a pesquisa (possivelmente por concentrar-se nela a avaliação CAPES), o ensino, a extensão e inclusive as tarefas administrativas²¹ são fundamentais para o funcionamento da universidade. Silva (2019) alerta que na pós-graduação em Administração a dimensão do ensino tem sido secundarizada face à pesquisa.

O relatório de avaliação da área “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” de 2017 aponta para o aumento de publicações nas bases internacionais, assim como no aumento de citações. Conclui afirmando que “essa é uma evidência de que a nossa comunidade reagiu à ideia de que a produção em periódico é um indicador de qualidade de sua atuação, e que a produção em periódicos presentes nas bases internacionais, que calculam índices de citação, é um indicador relevante de sua inserção internacional” (Relatório Quadrienal, 2017, p.7). Já no documento de área aponta-se que: “A área tem procurado usar a classificação dos periódicos para apontar a qualidade da produção” (p.6). Observa-se no documento que o percentual de publicações da área em extratos superiores tem aumentado no decorrer dos anos.

Essa se mostra a principal voz a ressoar nos programas de pós-graduação: a de que a produção e publicação em periódicos bem classificados é indicador de qualidade da pesquisa, do pesquisador e do programa. Na linguagem da FLB (2011), é a voz monológica, aquela que não se contesta, que, ao contrário, configura-se no ideal que se busca atingir, a qualquer preço. Nesta voz, a inserção social e as repercussões da produção científica para a solução de problemas relativos às demandas da sociedade e ao desenvolvimento socioeconômico parecem ainda silenciadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso organizacional com frequência utiliza-se de premissas que nem sempre são questionadas pelos trabalhadores: produtividade, objetividade, metas, e, no caso das organizações de pesquisa, publicação de artigos em revistas acadêmicas de destaque. Neste

²¹ Que incluem também a instituição e participação em comissões de seleção de mestrado e doutorado, de reformulação curricular, de normatização dos programas, entre tantas outras.



contexto, este trabalho visou analisar os posicionamentos dos pesquisadores brasileiros da área de Administração perante as políticas de avaliação da CAPES, assim como as estratégias de produção adotadas e os principais desafios enfrentados.

A análise mostrou que os pesquisadores comprometidos com a pesquisa no cenário atual brasileiro sentem-se em um “campo de batalha” onde é preciso lutar em todas as dimensões: pelo financiamento para a pesquisa, pela bolsa de iniciação científica, pelo parecer favorável à publicação, pelo interesse dos alunos, pelo tempo para ler e escrever artigos, para orientar discentes, elaborar projetos de pesquisa, atualizar os currículos, executar o financiamento eventualmente conquistado, realizar a prestação de contas, e assim por diante. Batalha-se até para se manter-se vinculado à pós-graduação. E, quiçá, ter algum tempo para si!

As vozes que se fizeram ouvir em relação aos vários aspectos que foram apontados pelos pesquisadores como desmotivadores do exercício de seu trabalho: atritos e problemas “políticos”; gestão das revistas brasileiras; alunos desmotivados e orientados a “diplomas”; tarefas administrativas vistas como empecilho; dificuldade na obtenção de financiamento e na execução do mesmo, além da desvalorização do professor. Os posicionamentos dos pesquisadores variaram entre negar e sutilar a precarização do trabalho vivenciada e exercer uma análise crítica do contexto e das condições concretas. A maioria deles conseguiu apontar desconfortos vivenciados no dia-a-dia de trabalho e soluções individuais adotadas para suavizá-los (estratégias de enfrentamento/produção), mas poucos de fato tomaram o “jogo da publicação” como um sintoma de adoecimento do *modus operandi* da academia, ou de sua origem no alinhamento com o colonialismo epistêmico da pesquisa mundial nesse campo do conhecimento, retrato de uma precariedade subjetiva generalizada (BERNARDO, 2014; LINHART, 2009). O pesquisador demonstrou-se exausto, não de uma luta coletiva pela mudança nos rumos da academia, mas de uma batalha individual em que se dedica ao máximo para manter-se competitivo no ringue do vale-tudo.

Alerta-se para a importância de se conhecer as especificidades do trabalho do pesquisador público do país, não para vitimá-lo, mas com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica que possa comparar a realidade de pesquisa de diversos países sem ser “à la Polyanna”. Pode ser mais confortável supervalorizar a pesquisa e os veículos de publicação dos países desenvolvidos que inclusive ditam as normas do que é “publicável”, criticar a atuação nacional e assumir a postura do eu lírico de “Vou-me embora para Pasárgada²²”,

²² Conhecido poema de Manuel Bandeira, publicado em 1930 no livro “Libertinagem”.



direcionando-se as pesquisas “para lá onde sou amigo do rei”. O escape do sujeito para um lugar melhor (“Em Pasárgada tem tudo, é outra civilização”) dificulta assumir o (crítico) cenário nacional como merecedor de investimentos. Enquanto “dermos o sangue” para pontuar de acordo com os critérios dados, até à exaustão, direcionando nosso tempo e energia à internacionalização e às demandas globais, quem estará investindo nos veículos nacionais de publicação, nas demandas e problemas locais?

Nesse sentido, nota-se que a avaliação de desempenho não é neutra, mas induz práticas que tendem a reificar o *status quo*, as vozes monológicas de dado contexto histórico. As atuais políticas de avaliação da CAPES, da forma como têm sido trabalhadas pelos pesquisadores, tendem a favorecer o colonialismo epistêmico, a supervalorização do estrangeiro (Norte Anglo-Euro-Cêntrico) e o questionamento sobre a validade e a legitimidade da produção do conhecimento local, que possui entrada restrita nos principais veículos internacionais de publicação. Ao se supervalorizar a publicação internacional, terceiriza-se a avaliação, e os pesquisadores brasileiros passam a ser avaliados a partir da lógica do próprio colonialismo epistêmico.

Verificou-se ainda que, diante das múltiplas demandas avaliativas, o pesquisador tende a se questionar quanto às suas competências e capacidade produtiva, acirrando a precariedade subjetiva (BERNARDO, 2014; LINHART, 2009). Essa precariedade, por sua vez, pode levar o trabalhador a adotar estratégias que facilitem a publicação, direcionando a produção para temas considerados “globais” e perspectivas *mainstream*. A avaliação de desempenho, portanto, não é uma aferição objetiva, neutra e isenta, mas favorece e direciona certas práticas de pesquisa (monológicas, já estabelecidas), em detrimento de outras (plurais e minoritárias).

Aos programas de pós-graduação não cabe apenas a execução de atividades formalísticas e o cumprimento obediente às exigências de avaliação, mas a problematização de quais interesses estão em jogo, ao questionamento de quais práticas e sentidos estão sendo reforçados, na avaliação que por vezes são desprovidos de sentido. A responsabilização que aqui se demanda aos pesquisadores deve ser lida como a suspensão de toda penitência que se constrói a partir do referencial avaliativo, para que as questões essenciais sejam postas. Que não balizemos nossas práticas a partir do como e onde publicar, mas que a façamos a partir da reflexão sobre o que e para quem faz sentido pesquisar, com vistas a qual realidade modificar. Cabe sinalizar que a pesquisa analisa e problematiza criticamente o tema abordado. Ao mesmo tempo, o foco do trabalho e a epistemologia adotada priorizam a problematização das

condições concretas de avaliação e a elaboração de *insights* em um campo ainda pouco estudado teórico-empiricamente.

Entender como a pressão por publicação é vivenciada pelos pesquisadores é tão importante quanto entender a própria política da CAPES e as teorias pós-colonialistas que desvelam a dimensão geopolítica da colonização epistêmica e da lógica do *publish or perish*. A forma como as exigências são sentidas, como elas ressoam e reverberam em cada pesquisador, dizem muito sobre o sentido dos posicionamentos adotados. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros possam ouvir outros grupos de pesquisadores, na esfera pública, como aqueles que apresentam menores índices de publicação e/ou foram recentemente descredenciados dos programas de pós-graduação, nas universidades públicas, ou ainda pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades particulares, com as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Periódicos brasileiros em inglês: a mímica do publish or perish ‘Global’. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, p. 405-411, 2017.

ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. *Americanizing Brazilian management*. **Critical perspectives on International Management**, v. 8, n. 1, p. 37-55, 2012.

ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. *From global management to glocal management: latin american perspectives as a counter-dominant management epistemology*. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 28, p. 453-466, 2011.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. Por uma metodologia das ciências humanas. In: **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas** (pp. 57-79). São Paulo: Editora 34, 2017.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 89-110, 2014.

BERNARDO, M. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. especial 1, 129-139, 2014.

BERTERO, C.; ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FARIA, A.; ROSSONI, L. Os desafios da produção do conhecimento em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, p. 181-196, 2013.



BOSI, A. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área:** Administração Pública e Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. [Brasília: Capes], 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_doc_area_2016_final_20jan2017.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017:** Administração Pública e Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. [Brasília: Capes], 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Administracao-quadrienal.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

COOKE, B. “*The management of the (Third) World*”, **Organization**, v. 11, n. 5, pp. 603-629, 2004.

DOMINGUES, Eliane. Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico". **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 2, p. 195-198, 2013.

FARIA, J. H. Epistemologia crítica do concreto e momentos de pesquisa: Uma proposição para os estudos organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**. v.5, n.16, p. 15-40, 2015.

FARIA, J. H. **Poder, Controle e Gestão**. Curitiba: Juruá Editora, 2017.

FIDELIS, G. **Gestão de recursos humanos:** tradicional e estratégica / Gilson José Fidelis, Márcia Regina Banov. 2ed.- São Paulo: Erica, 2007.

FREITAS, J. e NAVARRO, V. Intensificação do trabalho docente e saúde: estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás vinculados a programas de pós-graduação. **Revista Eletrônica de Educação**, v.13, n.3, p. 1032-1057, 2019.

GOLDANI et al, 2010. A questão da produção do conhecimento: desafios na gestão dos programas de pós-graduação. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 7, n.12, 2010.

LINHART, D. *Modernisation et précarisation de la vie au travail*. **Papeles del CEIC**, v.1, n.43, p. 1-19, 2009.

MACHADO, J.P., & ZANELLA, A. V. (2019). Bakhtin, ciências humanas e psicologia: diálogos sobre epistemologia e pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, 31, e166423. Epub June 10, 2019.

MEIS, C.; M.S. Carmo; De Meis, L.; Velloso, A.; Lannes, D. *The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout*. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 36, n.9, p. 1135-1141, 2003.

MERRIAN, S.B. *Qualitative Research: a guide to design and implementation*. Jossey Bass: San Francisco, 2009. NASCIMENTO, F. Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção. **Novos Olhares**, V. 7, N. 1, 2018.

299

PALANGANA, I. C. **Individualidade**: afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: Summus, 2002.

PATRUS, R. et al. Produtivismo e solidariedade acadêmica: dois lados da mesma moeda? IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013.

PEDRINI, A.G. **O cientista brasileiro é avaliado?** São Carlos: Rima Editora, 2005.

ROSSONI, L. Editorial: em defesa das publicações em português. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 17, n. 3, p. I-XIII, 2018

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, A. Produtivismo acadêmico multinível: mercadoria performativa na pós-graduação em Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 59, n. 5, p. 341-352, 2009.

SGUISSARDI, V. & SILVA, J. DOS R. JR. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K. and LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. 3rd. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

VILAS BOAS, A. A. **Gestão estratégica de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.